

Arroz importado pagará CDO

Quase quatro meses após ser promulgada pela Assembléia Legislativa, a lei estadual 12.685/2006 foi regulamentada. A determinação obriga a cobrança da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura (CDO) sobre o arroz importado, em casca ou em qualquer estágio de industrialização. Com o decreto 45.016 da governadora Yeda Crusius, os importadores devem realizar o pagamento da taxa no momento do desembarço aduaneiro. A cobrança poderá ser efetuada em qualquer banco credenciado. A CDO já é paga pelos produtores gaúchos e corresponde a R\$ 0,33 por saca de 50 quilos de arroz em casca. O objetivo da medida é trazer maior equilíbrio à cadeia produtiva, já que reduz as diferenças de taxação entre os países do Mercosul. A CDO dá suporte à pesquisa do Irga sobre variedades de arroz.

Se a importação deste ano for semelhante à do ano passado, os cofres públicos estaduais deverão recolher cerca de R\$ 4,6 milhões somente como resultado da medida. A estimativa é que o ingresso de arroz de outros países do Mercosul, neste ano, seja maior do que em 2006 e, assim, a receita com a CDO do cereal importado possa chegar a R\$ 5 milhões. Para o deputado estadual Jerônimo Goergen (PP), autor da lei 12.685, a medida reduz a concorrência predatória. Segundo o presidente do Irga, Maurício Fischer, a regulamentação irá garantir condições iguais de competição entre o arroz produzido no RS e o importado. Conforme estimativa do instituto, as importações do grão neste ano devem chegar a quase 1 milhão de toneladas, das quais mais de 60% deverão ingressar por solo gaúcho. Para o secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, João Carlos Machado, a decisão do governo do Estado é histórica.

Negociações

O presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, participou, no início de abril, de audiência com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em



Medida beneficia produtor gaúcho, já que diminuem distorções entre os agricultores do Mercosul

Brasília, em que ficou acertada a liberação de mais R\$ 180 milhões do governo federal para a comercialização de arroz na safra 2006/2007. O anúncio foi feito durante audiência com o secretário da Agricultura, João Carlos Machado, acompanhado de representantes da Farsul e da Federarroz. O montante será usado para realização de leilões de contrato de opção pública e de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP). “O encontro foi satisfatório porque garantimos a manutenção dos leilões”, ressaltou Sperotto. “Além disso, acertamos com o Banco do Brasil e o ministro a devolução da capacidade de pagamento ao produtor que

terá acesso assegurado aos mecanismos de apoio à comercialização”, destacou. Na ocasião, ficou definida a autorização, por parte do Banco do Brasil (BB), para os produtores usarem o limite de custeio para acessar Empréstimos do Governo Federal (EGFs). Anteriormente, a operação contava somente com o teto para comercialização.

Sperotto ainda solicitou a realização de leilões de feijão preto e a revisão da taxa de juros. Segundo ele, o ministro se mostrou favorável. Ele também reivindicou um mecanismo que proteja os produtores da alta de preços dos insumos e o nivelamento dos custos de produção no Mercosul. Os dirigentes tam-

bém pediram a Stephanes que prorrogue para setembro as parcelas das dívidas que vencem em abril, maio e junho, em função do endividamento do setor.

Colheita

A colheita do arroz no Estado está praticamente encerrada e as últimas lavouras devem ser colhidas até a segunda semana de maio. Conforme levantamento divulgado no dia 4 de maio pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), o processo chega a 98% dos 928 mil hectares plantados. A produção deverá ficar em 6,2 milhões de toneladas, com produtividade superior à registrada no ano passado.

Para o pesquisador do Irga

Valmir Menezes, o resultado expressa a adoção de tecnologias pela maioria dos produtores gaúchos. “A cada safra, a produtividade vem aumentando”, afirma. Na zona Sul, cerca de 80% das lavouras foram plantadas antecipadamente. “Os produtores seguiram as recomendações do Projeto 10, que abrange uma série passos, como a observação da época de semeadura e de adubação”, disse Menezes.

A produtividade média na zona Sul, com 96% da área colhida, é 15% superior ao previsto. A estimativa inicial do Irga indicava rendimentos de 6,14 mil quilos por hectare. Mas o obtido até esta semana foi 7,075 mil quilos por hectare. A zona Sul, que historicamente tinha a menor produtividade do Estado por fatores climáticos e baixa adoção tecnológica, hoje tem o município com os maiores rendimentos, Rio Grande, com 7,75 mil quilos por hectare.

A colheita já foi encerrada em mais de dez municípios, como Jaguarão, Palmares do Sul, Restinga Seca, São Gabriel e São Borja. Segundo o indicador Cepea, a cotação do cereal manteve a estabilidade e fechou, no dia 3 de maio, em R\$ 20,58, a saca de 50 quilos, com 58% de grãos inteiros.

22º
Seminário
Cooplantio

MERCADO MUNDIAL:
ESTRATÉGIA
COMPETITIVA

Venha expandir
as fronteiras do
seu agronegócio.

Participe!

Informações e inscrições:
na filial mais próxima,
pelos fones (51) 2108 3111
e (51) 3481 3333 ou no site
www.cooplantio.com.br

Realização
 COOPLANTIO

25 A 27 DE JUNHO DE 2007

Hotel Serrano - Gramado/RS